



DE VOLTA PARA CASA? QUESTÕES DE GÊNERO NO RETORNO DE BRASILEIRAS E BRASILEIROS DO JAPÃO

Ana Luisa Campanha Nakamoto ¹

As migrações internacionais contemporâneas têm sido objeto de um conjunto crescente de trabalhos no campo das ciências sociais. A *World Economic and Social Survey* realizada pela ONU em 2004² indica que cerca de 175 milhões de pessoas vivem fora do país onde nasceram, o que corresponde a 2,9% da população mundial. Na ausência de dados estatísticos, a presença crescente de migrantes pode ser constatada na vida diária nos centros urbanos: na paisagem das cidades, os ambulantes nas ruas, transeuntes, altos executivos em sedes de multinacionais, empregadas domésticas, trabalhadores do setor de serviços... Os fluxos populacionais emergem na agenda global como a face humana da mobilidade do capital e do eixo de transformações econômicas, sociais, demográficas e políticas em andamento a partir da década de 1980.

A inclusão da categoria *gênero* nos estudos migratórios trouxe contribuições valiosas para entender de que maneira o deslocamento entre fronteiras afeta mulheres e homens. A emergência do campo denominado “*migração e gênero*”³ é fruto da crescente influência do feminismo acadêmico a partir da década de 1990, embora pesquisas já tenham abordado mulheres migrantes desde o final da década de 1970 e início da de 1980 (QUIMINAL in HIRATA et. al, 2009). Trata-se do conjunto de trabalhos voltados para a migração feminina e, mais especificamente, o impacto da migração nas “relações sociais de sexo” (MOROKVASIC in FALQUET, 2010, p.107).

A evidenciação da presença de mulheres nos circuitos de mobilidade internacional se reflete no surgimento da expressão “feminização das migrações” no vocabulário de acadêmicos e *policy-makers*. Embora sugira erroneamente um aumento absoluto na proporção de mulheres migrantes em nível mundial, o termo aponta mudanças nos padrões migratórios femininos ao dar visibilidade para mulheres que se deslocam de maneira autônoma, e não simplesmente acompanhando pais, maridos e filhos (MOROKVASIC, 2007).

“Feminizar” os estudos sobre migrações, ainda, implica em reconhecer o gênero como um elemento *organizador* dos processos migratórios. Os trabalhos, os circuitos, as redes que ligam a

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), sob a orientação da Prof^a Dr^a Eva Alterman Blay. A pesquisa conta com o apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior). E-mail: analuisacn@usp.br ou analuisacn@yahoo.com.br.

² Disponível em: <http://www.un.org/esa/analysis/wess/>.

³ MOROKVASIC, Mirjana. “Le genre est au coeur des migrations”. In: FALQUET, Jules, et.al. *Le sexe de la mondialisation: genre, classe, race et nouvelle division du travail*. Paris: Presses de Sciences Po, 2010.



sociedade de origem e destino, os conflitos culturais e políticos vivenciados, e sobretudo a experiência subjetiva da migração, mais que diferentes para homens e mulheres; se constituem sob o viés das relações de gênero. Ser mulher-migrante representa não simplesmente uma variável, mas sim um fator fundante das relações sociais que fomenta diferentes estratégias de inserção e mobilidade nos circuitos transnacionais (KOSMINSKY, 2007). Segundo Morokvasic,

Les processus migratoires, les expériences es migrant(e)s, ainsi que les impacts sociaux et politiques des migrations, sont genrés. Le genre peut faciliter ou limiter la mobilité et l'installation, les rapports de genre qui précèdent la migration étant susceptibles d'affecter les départ, les flux et les rapports consécutifs à la migration⁴

Análises que interseccionam migração e demais categorias sociais (como gênero, classe e geração) permitiram a constatação de como o deslocamento afeta estruturas sociais que se interseccionam. Por um lado, o *status* legal precário e condições abusivas de trabalho podem expor os indivíduos a novas circunstâncias de vulnerabilidade ou reforçar formas de dependência e estigmatização. Paradoxalmente, a migração pode representar o *empoderamento* (“*empowerment*”) de homens e mulheres através da possibilidade de conquista de independência financeira, capital social e melhoria das condições de vida. Em outras palavras, o deslocamento pode criar condições para novas formas de inserção familiar, econômica, política e social; desafiando normas estabelecidas através da vivência em uma sociedade com valores diversos (PIPER, 2005).

A literatura sobre migração brasileira no Japão, por sua vez, pouco se beneficiou da perspectiva de gênero. Com exceção a trabalhos como os de Rosa Ester Rossini (2005) e Lucia Yamamoto (2006), a maior parte dos estudos trata as migrantes brasileiras no Japão de maneira descritiva, na elaboração de perfis populacionais e ocupacionais, sem que se trate da especificidade que a condição de gênero coloca nas situações de busca de emprego, adaptação às rotinas de trabalho e na esfera reprodutiva⁵. Trata-se de um quadro curioso, principalmente se considerarmos a vasta quantidade de estudos sobre migrações femininas para o Japão, como é o caso das trabalhadoras do *care* e profissionais do sexo oriundas das Filipinas, Indonésia, China, Taiwan, entre outros países (FALQUET et. al., 2010; PIPER, 2005).

⁴ Ibidem, p.115.

⁵ Após cerca de quatro anos de pesquisa sobre o tema, constato dificuldades em mapear este campo uma vez que há falta de diálogo entre os pesquisadores. Estudos realizados no Japão e outros países do exterior são pouco divulgados no Brasil (e vice-versa), em parte pelas diferenças linguísticas. Há ainda pesquisadores que, mesmo fazendo parte da mesma instituição, permanecem dispersos. Uma tentativa de superar estas dificuldades tem sido o Grupo de Estudos sobre Migrações do Núcleo de Antropologia Urbanada USP: coletivo de estudantes de graduação e pós-graduação, criado em 2010, interessado em pesquisar, divulgar, e trocar informações sobre estudos migratórios e, particularmente, a migração de brasileiros para o Japão.



Neste sentido, minha proposta de trabalho é abordar a migração brasileira para o Japão à luz da perspectiva de gênero, tendo como foco o retorno destes migrantes ao Brasil. Tal tendência tornou-se evidente a partir de 2008, mas permanece pouco analisada. Uma vez que a parte empírica desta pesquisa ainda está em andamento, gostaria de apresentar algumas tendências apontadas pelas entrevistas e depoimentos de migrantes retornados contatados através do Grupo Nikkei de Promoção Humana⁶.

Problematizando o retorno

A escassez de mão-de-obra não-especializada⁷ nas indústrias japonesas e a perspectiva de melhor remuneração atraíram um contingente considerável de *nikkeis*⁸ brasileiros, argentinos e peruanos para o Japão em busca de trabalho. O fluxo teve seu auge a partir da reforma da Lei do Controle da Imigração em junho de 1990, que ao adotar o critério de ascendência japonesa para a entrada de trabalhadores no país, concedeu condições privilegiadas para a permanência de *nikkeis* sul-americanos em detrimento dos demais grupos estrangeiros (KAWAMURA, 2003a).

Dois dois lados do globo, o crescimento desta migração ganhou ampla visibilidade. Nas estatísticas do Ministério das Relações Exteriores⁹ o Japão aparece como o terceiro maior destino de brasileiros para o exterior (310 mil¹⁰), sendo precedido pelos Estados Unidos (1 milhão e 240 mil) e Paraguai (487,5 mil). A população de migrantes está restrita a um grupo étnico específico, correspondendo a cerca de 20% dos descendentes de japoneses do país. No Japão, a população de brasileiros cresce para se tornar o terceiro maior grupo de estrangeiros, perdendo apenas os chineses e coreanos.

Nos últimos anos, a comunidade brasileira no Japão tem sofrido os efeitos do fim do ciclo virtuoso da economia japonesa característico dos anos 80. Os fluxos de entrada e saída no território

⁶ O Projeto *Tadaima* é a principal frente de trabalho do Grupo Nikkei de Promoção Humana. Proposta está voltada para a recolocação de *dekasseguis* retornados no mercado de trabalho. São realizadas palestras motivacionais, ofertas de emprego e entrega de carta de recomendação. A instituição estima que, em nove anos de funcionamento, cerca de 11 mil pessoas foram empregadas.

⁷ O elevado crescimento econômico do Japão enfrentava desafios com a diminuição da oferta de mão-de-obra para pequenas e médias indústrias, decorrente da diminuição da população jovem, interesse por carreiras de colarinho branco e não absorção de mulheres em idade produtiva no mercado de trabalho (KAWAMURA, 2000).

⁸ Termo designado para os descendentes de japoneses nascidos fora do Japão.

⁹ O relatório “Brasileiros no Mundo” (2008) é baseado em consultas feitas no final de 2007 a embaixadas e consulados sobre os números mínimos e máximos de brasileiros no exterior segundo dados oficiais locais, pesquisas acadêmicas, publicações da mídia, movimento consular e estimativa dos postos. Neste texto, considero os valores referentes às estimativas dos postos, os seja, as projeções feitas pelas embaixadas e consulados do Brasil com base em dados relativos à prestação de serviços consulares.

¹⁰ Ou 316 mil, segundo dados do Ministério da Justiça do Japão (2007).



japonês têm acompanhado as oscilações econômicas do país desde o final da década de 1990¹¹, que têm atingido principalmente os setores que mais empregam brasileiros no país. A falta de vagas nas indústrias, a concorrência com trabalhadores asiáticos (que recebem salários proporcionalmente menores) e o fechamento de muitas linhas de produção gerou uma verdadeira crise de empregabilidade entre os trabalhadores brasileiros no Japão.

O retorno desses migrantes tornou-se evidente a partir do segundo semestre de 2008, em particular graças ao destaque dado pela mídia à crise econômica mundial¹² e seus efeitos sobre a população brasileira no país. Demissões em massa, diminuição das horas-extras e remuneração, e o crescente número de brasileiros vivendo como *homelesses* ou dependentes do seguro-desemprego apontam para um processo agudo de instabilidade e precarização nas condições de vida dessa população.

O retorno em massa para o Brasil¹³ tem sido apontado pela mídia brasileira como uma tendência preocupante, em função da provável incapacidade do mercado de trabalho em absorver este contingente. Cidades como Bastos, no interior de São Paulo, que sofreram perda populacional significativa com o movimento migratório de brasileiros para o Japão, apresentam a possibilidade de sofrer um impacto proporcionalmente maior com a chegada de seus expatriados.

Embora intensificado pela atual conjuntura econômica, o retorno destes indivíduos não é um fenômeno novo. As facilidades burocráticas para entrar e sair do Japão através da concessão do visto permanente¹⁴, as redes sociais que mantêm a ligação entre a origem e o destino, e a existência de uma comunidade brasileira capaz de oferecer um ambiente familiar em termos de idioma e

¹¹ Dados do Ministério da Justiça do Japão (2007) demonstram o progresso da população no país: de 1990 a 1995, a taxa de crescimento foi de 212,67%; caindo para 44,18% de 1995 a 2000 e 18,74% de 2000 a 2005. Em 1998, pela primeira e única vez, a população brasileira chegou a diminuir: -4,73% em relação ao ano anterior.

¹² O desempenho da economia japonesa está fortemente atrelado ao comércio exterior. O abalo financeiro nos Estados Unidos e Europa com a quebra do Lehman Brothers não havia afetado diretamente o Japão até o segundo semestre de 2008. A valorização do iene, em função da baixa taxa de juros, encareceu os produtos japoneses no mercado internacional, comprometendo as exportações já afetadas pela desaceleração da economia mundial. A rápida queda no comércio exterior fez com que a balança comercial saísse de um superávit de US\$ 775,3 milhões para um déficit de US\$ 3,25 bilhões, provocando a retração do mercado doméstico e queda do consumo. O resultado desse cenário foi a involução do PIB em 12,7% no último trimestre de 2008, em relação ao mesmo período de 2007 (UEHARA, Alexandre R. "O retorno dos dekasseguis". Descubra Nikkei, 8 de abril de 2009 [citado em agosto de 2009]. Disponível em <http://www.discovernikkei.org/pt/journal/2009/4/8/dekasseguis/>).

¹³ Segundo artigos de revistas eletrônicas, entre outubro de 2008 e janeiro de 2009 a população brasileira no Japão foi reduzida em torno de 7%. Em 2008, segundo dados do Ministério da Justiça do Japão, 74.691 brasileiros retornaram ao Brasil, dentre os quais 44.696 já voltaram ao Japão. Não foi possível, por sua vez, verificar a veracidade dos dados nas fontes citadas.

¹⁴ O número de brasileiros com visto permanente aumentou de 52,581 portadores em 2004 para 94,358 em 2007, correspondendo a 30% dos brasileiros no Japão. O visto facilita a vida daqueles que querem permanecer no Japão por ser considerado sinônimo de estabilidade para a celebração de contratos, além de facilitar o acesso a crédito para adquirir imóveis e outros bens. Para aqueles que não desejam ou não decidiram ainda sobre a permanência, o visto oferece maior segurança na possibilidade de rigor das leis imigratórias (SASAKI, 2001).



serviços, mantém um alto índice de migração recorrente entre os brasileiros (SASAKI, 2001). Yamamoto (2008) demonstra a *circularidade* do movimento a partir de dados do *Judicial System and Research Department*: em 2006, o número de trabalhadores brasileiros que entraram no Japão foi de 56.414, dentre os quais 44% estava entrando pela primeira vez e 56% pela segunda vez ou mais. Reconhecendo a emigração e imigração como aspectos indissociáveis de um mesmo processo (SAYAD, 1998), considero que estudar o “lado brasileiro” da migração permite compreender de maneira mais consistente o modo de vida e as estratégias de mobilidade e inserção econômica e social destes indivíduos.

No Japão, a grande maioria dos brasileiros está inserida no mercado de trabalho sob o paradigma do trabalho temporário, modelo típico de contratação de estrangeiros no país. A maior flexibilidade de utilização da mão-de-obra não-qualificada possibilita a exploração do trabalhador através de longas jornadas de trabalho e privação de direitos trabalhistas (KAWAMURA, 2000). Embora agências de orientação e a mídia brasileira no país estejam engajadas na informação e conscientização dos direitos e deveres da população *nikkei*, o medo do desemprego abre brechas para que muitos aceitem condições adversas (ou mesmo ilegais) de trabalho e abram mão de seus direitos¹⁵. Em alguns casos, a privação de direitos está associada a estratégias deliberadas de migrantes temporários para diminuir o custo de vida e economizar para o envio de remessas¹⁶. Nas duas situações, mesmo com salários comparativamente maiores que no Brasil, o regime de trabalho intenso e repetitivo pode acarretar em desgaste e adoecimento físico, mental e emocional.

No Brasil, as conseqüências profissionais e pessoais do período de ausência do país colocam em questão quais as condições de readaptação e reinserção socioeconômica desses indivíduos quando retornam. A própria idéia de “retorno” é questionável, na medida em que ele não pode existir em si mesmo como uma possibilidade concreta: o deslocamento se opera não apenas no espaço físico, mas também no espaço social ou “estado de coisas” que foi deixado para trás (SAYAD, 1998). A possibilidade de retorno ao espaço original mantém-se justificada a partir da crença de que a decisão de imigrar pode ser “puramente individual e pontual, localizada num espaço e tempo manipulável racionalmente” (FAZITO, 2005). A mudança no “estado de coisas”, constatada na chegada ao país de origem, pode ser manifesta nos rearranjos familiares

¹⁵ O CIATE e demais serviços de orientação recomendam que a procura de trabalho seja feita através de agências públicas de emprego, que supostamente oferecem oportunidades com contratos mais confiáveis. Porém, a necessidade de certo manejo do idioma japonês, o tempo de espera para conseguir uma vaga e o tipo de emprego oferecido (em geral, com salários mais baixos) mantém as empreiteiras como a opção mais atrativa.

¹⁶ Estas estratégias incluem: mudar continuamente de emprego ou de cidade em busca de melhores salários, morar em dormitórios coletivos, fazer grande quantidade de horas-extras, opções baratas de alimentação, quase nenhum lazer, bem como o não-pagamento da Previdência e Seguro Social.



(falecimentos, divórcios, casamentos, filhos crescidos), na dinâmica do mercado de trabalho (desatualização profissional, desaparecimento de postos de trabalho) e na vida cotidiana. O próprio migrante também já não é o mesmo, trazendo marcas físicas e emocionais de sua experiência no exterior. Assim, a estadia no Brasil corresponde a um período de descanso do tempo de trabalho no Japão em que os indivíduos ponderam as possibilidades de viver em um lugar ou outro. O retorno não significa necessariamente uma ruptura definitiva com o ciclo migratório, sendo que a possibilidade de reincidência se coloca no horizonte de trajetórias possíveis para os brasileiros que se engajaram neste movimento.

A *circularidade* pode em si mesma gerar novas formas de marginalização, como é o caso da questão da escolarização entre os filhos de migrantes brasileiros: os períodos descontínuos de escolarização e vivência em ambos os países fazem com que estas crianças não dominem de fato nem o japonês, nem o português. O semi-analfabetismo, *bulling* e isolamento são considerados efeitos deste processo e responsáveis pela instabilidade emocional e estresse diagnosticados em um grande número de casos (NAKAGAWA, 2008).

Para as entidades de atendimento aos *nikkeis* retornados ou em vias de migrar, superar esta incerteza e “criar raízes” constitui um imperativo para reverter a “perda” de *status* entre os nipo-brasileiros em função do declínio da escolaridade¹⁷ e exercício de trabalho não-qualificado como operários em indústrias. É possível verificar a persistência de um discurso¹⁸ contrário à migração espontânea, enfatizando a necessidade de planejar a estadia no Japão em termos de projetos econômicos: juntar dinheiro e voltar ao Brasil, ou permanecer no Japão e criar condições para o sucesso financeiro pessoal.

Considero que esta perspectiva é questionável na medida em que a *circular* entre os dois países é menos uma decisão pessoal e mais uma estratégia coletiva, não necessariamente contingente, para lidar com a instabilidade ocupacional e os conflitos culturais oriundos do processo migratório. A mobilização para migrar (ou permanecer) vai, inclusive, além das necessidades econômicas, se referindo a “busca ou manutenção dessa forma de viver, que inclui o acesso, a

¹⁷ Segundo pesquisa de Beltrão & Sugahara (2006), 73,3% dos brasileiros que migraram para o Japão concluíram o Ensino Fundamental ou Médio; 22,9% trabalhavam como operários no Brasil e 17,5% declararam estudar no Ensino Médio antes de migrar. Ou seja: o migrante médio é descendente de japoneses, com pouca escolaridade e emprego de baixa remuneração no Brasil.

¹⁸ Em minha pesquisa de Iniciação científica, sugeri que estas falas possuem afinidades com conceitos desenvolvidos nas narrativas virtuosas sobre a imigração japonesa para o Brasil. Sakurai (1993) identifica um enredo comum nas histórias dos primeiros imigrantes ao mencionar a disciplina, o trabalho árduo e as dificuldades suportadas com resignação como as ferramentas que permitiram ao imigrante japonês ser bem sucedido. A retomada destes elementos para propor a construção de uma trajetória de sucesso para as novas gerações passa por uma dimensão mnemônica, como uma “memória transplantada” (BLAY, 2004), em que a comunidade nipo-brasileira “redescobre” seus valores em um novo contexto migratório (NAKAMOTO, 2008).



circulação, o consumo, os projetos pessoais, os sonhos, os próprios benefícios e os dramas pessoais” (FERREIRA, 2007, p.161).

Questões de gênero e retorno

De que maneira a condição de gênero contribui para a problematização do retorno destes migrantes? Yamamoto (2008) oferece uma pista ao trabalhar as “estratégias familiares” como categoria-chave para entender a circularidade entre os migrantes brasileiros no Japão. As estruturas familiares dos descendentes de japoneses no Brasil apontam para papéis bem definidos para os filhos e filhas no âmbito da realização de um projeto de ascensão econômica do núcleo familiar (em geral, arquitetado pelo pai), tendo em vista não só a condição de gênero mas também a ordem de nascimento.

Depoimentos revelam como as mulheres, em quantidade mais significativa que os homens, mantiveram-se fiéis ao projeto familiar através do envio de remessas aos pais no Brasil, mesmo após o casamento e constituição de uma nova família no Japão. Muitas mulheres abandonam carreiras qualificadas no Brasil para trabalhar no Japão, como é o caso de A., mestre em engenharia de alimentos pela Unicamp, que abandonou seu campo profissional para trabalhar em linhas de montagem automotivas e ajudar o marido a realizar o sonho de montar uma empresa.

O retorno ao Brasil no contexto da crise econômica japonesa aparece como “forçado” no discurso de muitos homens, em função da falta de emprego; enquanto as mulheres o tratam, predominantemente, dentro de um outro conjunto de questões como a necessidade de manter a família unida, o cuidado de pais senis, ou mesmo uma necessidade íntima de estar no “seu lugar”.

Assim, considero que os papéis de homens e mulheres vão fomentar as diferentes estratégias e discursos acerca das trajetórias tomadas entre os dois países.

Gênero, reinserção socioeconômica e redes sociais

Do ponto de vista da reinserção no mercado de trabalho, considero a noção de *redes sociais* me parece fundamental para compreender as estratégias e trajetórias. Muitos depoentes revelaram que o primeiro trabalho após o retorno ao Brasil constitui uma atividade pouco qualificada, geralmente obtida através da indicação de familiares, amigos e conhecidos, e sem vínculos formais de emprego. Alguns – mulheres principalmente – iniciam pequenos empreendimentos como vender doces ou salgados preparados em casa, verduras cortadas, marmitas ou bolos para uma rede de clientes composta por parentes e vizinhos que indicam novos clientes.



Estas tendências estão em concomitância com estudos como o de Guimarães (2009) que mostram que as redes sociais informais (pessoais) constituem o mecanismo mais acionado na busca por empregos entre trabalhadores desempregados na Grande São Paulo, considerado mais eficiente que os meios institucionais como agências de emprego. É interessante como os próprios mecanismos institucionais parecem funcionar também com base nessas redes, na medida em que os voluntários interessados em ajudar brasileiros retornados utilizam suas próprias redes para localizar empregadores (como parece ser o caso do Grupo Nikkei).

A articulação entre ofertantes e demandantes de trabalho é subproduto não apenas de mecanismos mercantis, mas também de relações sociais que atuam como instrumento de busca e obtenção de formas de geração de renda, além de mediar o próprio significado do trabalho ou da inatividade econômica (GUIMARÃES, 2009). No caso dos migrantes retornados, a existência de uma rede de suporte familiar e o surgimento de diversas organizações que prestam serviços de recolocação profissional a este grupo específico revela a existência de redes que podem configurar as formas de reinserção destes indivíduos no Brasil.

Considero que as redes sociais podem compensar as desvantagens destes candidatos na busca de trabalho, como a baixa escolaridade, lacuna na Carteira de Trabalho e desqualificação profissional. Ainda que os atributos individuais não correspondam a vantagens competitivas, a solidariedade e reciprocidade reduzem a vulnerabilidade dos indivíduos no mercado de trabalho. Minhas observações preliminares apontam para uma prevalência das mulheres como pessoas-chaves nestas redes, sendo as agenciadoras nos contatos entre empregadores e demandantes por trabalho através de parentes, amigos, vizinhos.

Bibliografia

BLAY, Eva Alterman. *Gênero, resistência e identidade: imigrantes judeus no Brasil*. [Em linha] 2007.

FALQUET, Jules; HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle; et. al. *Le sexe de la mondialisation: genre, classe, race et nouvelle division Du travail*. Paris, Presses de Sciences Po, 2010

FAZITO, Dimitri. Dois aspectos fundamentais do 'retorno': símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade. In: IV Encontro Nacional sobre Migrações, 2005, Rio de Janeiro. *Anais do IV Encontro Nacional sobre Migrações, 2005*. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/ST4-1.pdf>

FERREIRA, Ricardo Hirata. *Migrações internacionais: Brasil ou Japão – o movimento de inserção do dekassegui no espaço geográfico pelo consumo*. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em



Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007. Tese de Doutorado.

GUIMARÃES, Nádya A. *Desemprego: uma construção social*. São Paulo, Paris, Tóquio. Belo Horizonte, Argumentum, 2009.

KAWAMURA, Lili. *Estratégias de sobrevivência: trabalhadores brasileiros no Japão*. 2000. Dissertação.

_____. *Para onde vão os brasileiros?* Campinas: Editora da UNICAMP, 2003a.

MINISTÉRIO da Justiça. *Touroku Gaikokujin Toukei no Gaiyou*, 2007.

MINISTERIO das Relações Exteriores. *Brasileiros no Mundo*, 2008.

KOSMINSKI, Ethel. *Por uma etnografia feminista das migrações internacionais: dos estudos de aculturação para os estudos de gênero*. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.15, nº3, set-dez/2007, pp.773-804.

MOROKVASIK, M. "Migration, Gender, Empowerment". In: LENZ, Ilse; ULRICH, Charlotte; FERSCH, Barbara (orgs.): *Gender Orders Unbound. Globalization, Restructuring and Reciprocity*. Barbara Budrich Publishers, Opladen; Farmington Hills, 2007, pp. 69-97.

NAKAGAWA, Kyoko. *Impactos psico-culturais na vida escolar dos estudantes migrantes*. In: Simpósio Migração e Identidades, 2008.

NAKAMOTO, Ana Luisa Campanha. A comunidade nipo-brasileira e o fenômeno de kassegui. In: ISA/RC21 TOKYO CONFERENCE: *LANDSCAPES OF GLOBAL URBANISM: POWER, MARGINALITY AND CREATIVITY*, 17-21 dez. 2008, Tokyo (Japão).

ONU. *Development Policies and Analysis Division*. Disponível em: <http://www.un.org/esa/analysis/wess/> [Acessado em junho de 2010].

PIPER, Nicola. *Gender and migration: a paper prepared for the Policy Analysis and Research Programme of the Global Commission on International Migration*. Global Commission on International Migration, 2005. Disponível em http://migrantcare.hugge.ch/library/pdf/femmes_TP10.pdf. Acessado em maio de 2009.

QUIMINAL, Catherine. Migrações. In: HIRATA, Helena (org) et. al. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ROSSINI, Rosa Ester. *A memória congelada do imigrante: a solidariedade intergeracional dos japoneses e dos nikkeis no Brasil e no Japão atual*. *São Paulo em Perspectiva*, v.19, n.3, jul/set. 2005, pp.34-43.

SASAKI, Elisa Massae. *Dekasseguis: trabalhadores migrantes nipo-brasileiros no Japão*. *Textos Nepo*, n. 39. Campinas, 2001

_____. *O jogo da diferença: a experiência identitária no movimento de kassegui*. 1998. Tese de Doutorado.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.



UEHARA, Alexandre R. *O retorno dos dekasseguis*. Descubra Nikkey, 8 de abril de 2009 [citado em agosto de 2009]. Disponível em <http://www.discovernikkei.org/pt/journal/2009/4/8/dekasseguis/>

YAMAMOTO, Lúcia. “Desqualificação profissional: nikkeis brasileiras no Japão”. *Revista do Departamento de Geografia*, nº18, 2006, pp. 16-27.

_____. *Famílias brasileiras no contexto transnacional: famílias reconstituídas*. *REMHU*, ano XVI, n. 30, 2008.